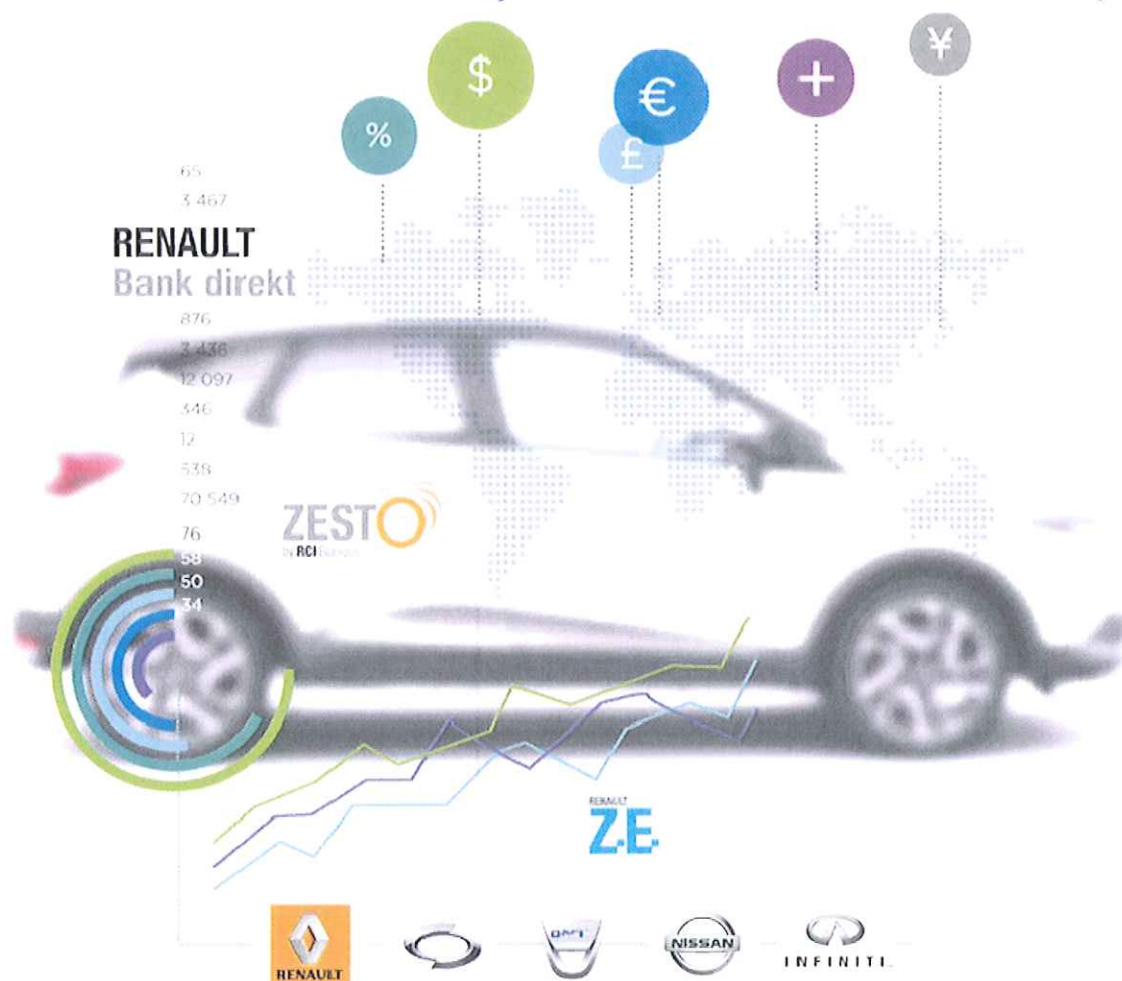


RCI Banque

RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.



RELATÓRIO E CONTAS 2013

RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A

Sede Social: Rua José Espírito Santo, Lote 12-E, 1950-096 LISBOA
Capital Social: € : 13.722.500
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa,
Pessoa Colectiva nº. 500 970 599

- CONVOCATÓRIA -

Convoco a Assembleia Geral desta sociedade para se reunir, na sua sede social, no próximo dia 31 de Março de 2014, pelas 09,30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º. Deliberar sobre o Relatório de Gestão, as contas do exercício de 2013 e a proposta de aplicação de resultados, bem como dar cumprimento ao disposto do art.º 455º, do Código das Sociedades Comerciais.
- 2º. Proceder à ratificação da cooptação de dois vogais do Conselho de Administração.
- 3º. Proceder à designação dos membros Conselho de Administração para o mandato de 2014 a 2016
- 4º. Proceder à designação do Fiscal Único e Suplente para o mandato de 2014 a 2016

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2014

A PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Drª. Ana Maria Tomé

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

- EXERCÍCIO DE 2013 -

Senhores Accionistas,

Nos termos legais e estatutários vem o Conselho de Administração da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A., apresentar a V.Exas. o relatório de gestão, balanço e contas relativas ao exercício de 2013.

INTRODUÇÃO

A RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. tem como accionista único a RCI Banque.

O mercado automóvel português, após 3 anos consecutivos de queda, registou uma inversão na tendência, crescendo 11,5% face ao ano anterior. A Renault manteve o 1º lugar na tabela de marcas mais vendidas em Portugal, pela 16ª vez consecutiva, com 16.016 veículos matriculados e uma penetração sobre o mercado de todas as marcas de 12,9%.

A Nissan registou um total de 4.725 matrículas mantendo uma penetração de 3,8% sobre o mercado de todas as marcas.

Com 5 anos de comercialização, a Dacia matriculou 1.984 viaturas, correspondendo a uma quota de mercado de 1,6%.

ACTIVIDADE COMERCIAL

Em 2013, fruto de uma inversão do mix cliente (aumento das empresas) e uma alteração do comportamento de compra dos clientes particulares (redução do número de clientes com recurso a financiamento) a RCI Gest – IFIC, SA apresentou uma performance comercial decrescente face ao ano anterior, registando uma redução da sua penetração de financiamento sobre matrículas (Renault+Nissan+Dacia).

A sua taxa de intervenção global passou de 35,9% em 2012 para 28,2% em 2013, ou seja um decréscimo de 21,5% (-7,7 p.p.).

Esta performance menos positiva, foi compensada, em parte, pelo aumento das vendas dos construtores, conduzindo a RCI Gest a uma redução de 2,8%% no número de contratos de financiamento celebrados e, consequentemente, a um decréscimo de 4,2% no valor dos novos financiamentos, fixando-se este em 77,2 milhões de euros.

refp
16/3

RISCO

O ano de 2013 continuou a apresentar uma conjuntura económica desfavorável e um sobre endividamento das famílias.

A degradação da conjuntura económica foi antecipada pela RCI GEST ainda no ano de 2009, no qual foi implementada uma reengenharia do processo de risco da aceitação dos contratos até à sua cobrança.

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

No que diz respeito à política financeira, a sociedade orienta-se estritamente pelas directrizes preconizadas pelo Grupo para as suas filiais na Europa Ocidental, pelo que o refinanciamento é realizado a 100% pela casa-mãe, RCI BANQUE, SA, e o risco de taxa de juro é seguido em local e gerido centralmente de uma forma consolidada.

RECURSOS HUMANOS

A Política de Recursos Humanos da empresa valoriza o desenvolvimento das competências dos seus colaboradores de forma a atrair, reter e desenvolver os profissionais mais qualificados para o seu negócio.

No Grupo RCI Banque Portugal, a formação tem ocupado desde sempre um lugar de destaque, tendo como objectivo acompanhar o desenvolvimento dos colaboradores de forma a tornar a empresa mais profissional e competitiva. Deste modo, a RCI GEST tem continuado a apostar na formação, com o intuito de aumentar o profissionalismo dos seus colaboradores e a orientação da empresa para o cliente.

No cumprimento do disposto no Artigo 3º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e atendendo a que pelo Artigo 2º do Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20/11, as instituições financeiras são consideradas entidades de interesse público, divulgamos de forma agregada e individual, a composição e as remunerações auferidas no exercício do ano de 2013 pelo Conselho de Administração e Fiscal Único.

Detalhe das remunerações agregadas:

Órgãos	Nº de Elementos	Montante de Remunerações
Conselho de Administração	1	66.476 €
Fiscal Único	1	36.200 €
Total		102.676 €

Detalhe das remunerações individuais:

Órgão	Nome	Cargo	Montante de Remunerações
Conselho de Administração	Xavier Sabatier	Administrador	64.476 €
Fiscal Único	Deloitte & Associados, S.R.O.C., S.A	Fiscal Único	36.200 €
Total			102.676 €

Ainda de acordo com o mencionado Artigo 3º da Lei n.º 28/2009, explicita-se que a remuneração dos citados Órgãos Sociais foi definida oportunamente em Assembleia Geral, não dispondo a Sociedade de uma Comissão de Vencimento. As remunerações são fixas, não existindo qualquer plano de atribuição de acções ou opções de aquisição de acções.

PERSPECTIVAS FUTURAS

A RCI Gest - IFIC, SA tem procurado responder às tendências do mercado com a evolução da sua oferta de produtos de locação e serviços associados, face a um mercado em permanente mudança, quer em termos concorrenciais, quer em termos legislativos.

No entanto o contexto económico desfavorável traduzido numa contracção do PIB, o consequente choque verificado ao nível do consumo interno e a escassez dos recursos financeiros, tornam incontornável o continuar da optimização dos níveis de produtividade e procura de novos nichos de actividade.

PROPOSTA DE AFECTAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o Resultado Líquido apurado no exercício, positivo, em 3.036.296,13 Euros tenha a seguinte afectação:

- Reserva Legal: 303.629,61
- Dividendos: 2.732.666,52

A operação apenas será efectuada após a aprovação por Assembleia Geral.

Caso a proposta seja aprovada pela Assembleia Geral, a Situação Líquida, após esta afectação, será de Eur: 18.929.491.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr. Patrice Cabrier

Administradores: Dr. Luis Gonçalves

Dr. Luis Gonçalves
Drª Maria João Mourão

Maria João Mourão

The logo for RCI Banque is displayed within a light purple rectangular box. The text "RCI Banque" is written in a bold, blue, sans-serif font. A thin white horizontal line is positioned below the text.

RCI Banque

RCI GEST – INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2013

RCI Gest - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Sede: Rua Dr. José Espinto Santo, Lote 12-E, 1950 - 096 Lisboa

Capital Social: 13.722.500 Euros - Contribuinte: 500.970.599 - matrícula C.R.C. LISBOA N.º 351

INDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO 2013.....	-1-
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2013.....	-2-
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS.....	-3-
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO 2013.....	-4-

ANEXOS

1. INFORMAÇÃO GERAL.....	- 5 -
2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	- 5 -
3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	- 14 -
4. CRÉDITO A CLIENTES	- 15 -
5. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA	- 17 -
6. ACTIVOS TANGÍVEIS	- 17 -
7. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	- 18 -
8. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS.....	- 19 -
9. OUTROS ACTIVOS	- 21 -
10. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	- 22 -
11. PROVISÕES E IMPARIDADE	- 23 -
12. OUTROS PASSIVOS	- 24 -
13. CAPITAL.....	- 24 -
14. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES.....	- 25 -
15. JUROS E ENCARGOS SIMILARES	- 25 -
16. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	- 25 -
17. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	- 26 -
18. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS	- 26 -
19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	- 26 -
20. CUSTOS COM O PESSOAL	- 27 -
21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	- 27 -
22. RELATO POR SEGMENTOS.....	- 28 -
23. CONSOLIDAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL	- 28 -
24. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7	- 28 -
25. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS.....	- 33 -
26. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	- 33 -

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

	Notas	2013			1 de Janeiro de 2012 Reexpresso	2012 Reexpresso	2013	2012 Reexpresso	1 de Janeiro de 2012 Reexpresso
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido					
ACTIVO									
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		-	-	-	-	-	103.251.346	130.370.367	161.314.200
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	61.374	-	61.374	73.970	28.890	2.215.728	3.647.221	5.188.684
Crédito a clientes	4	91.642.860	10.592.468	81.050.392	124.735.818	110.930.212	639.237	659.672	121.365
Activos não correntes detidos para venda	5	4.435.002	3.828.225	606.777	2.173.543	94.405	-	598.746	401.479
Activos tangíveis	6	49.553.460	8.355.625	41.197.835	56.757.443	48.713.964	7.524.737	6.288.205	6.358.575
Activos intangíveis		-	-	-	-	-	113.631.048	141.544.210	173.384.303
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	137.543	-	137.543	137.543	137.543			
Activos por impostos correntes	8	-	-	-	95.214	-	13.722.500	13.722.500	13.722.500
Activos por impostos diferidos	9	742.609	-	742.609	1.166.925	806.605	4.903.361	10.557.082	11.388.449
Outros activos	9	11.496.677	-	11.496.676	13.354.796	9.501.541	3.036.296	4.389.368	-
Total de Activo		158.069.523	22.776.318	135.293.205	198.495.252	170.213.160	21.662.157	28.688.950	25.110.949
							135.293.205	170.213.160	198.495.252
PASSIVO									
- Recursos de outras instituições de crédito	10				-	-			
- Provisões	11				73.970	28.890			
- Passivos por impostos correntes	8				124.735.818	110.930.212			
- Passivos por impostos diferidos	8				2.173.543	94.405			
- Outros passivos	12				56.757.443	48.713.964			
- Total de Passivo					-	-			
CAPITAL									
Capital	13				137.543	137.543			
Outras reservas e resultados transitados	13				95.214	-			
Resultado do exercício					1.166.925	806.605			
Total de Capital					13.354.796	9.501.541			
Total de Passivo + Capital					198.495.252	170.213.160			

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

A Técnica Oficial de Contas
Nisa Loução

Presidente:
Administradores:

O Conselho de Administração

Patrice Cabrier
Luis Gonçalves
Maria João Mourão

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(em euros)

	Notas/ Quadros Anexos	2013	2012 Reexpresso
Juros e rendimentos similares	14	16.541.297	23.396.162
Juros e encargos similares	15	(11.575.992)	(17.762.538)
Margem Financeira		4.965.305	5.633.624
Rendimentos de instrumentos de capital	16	900.901	1.035.251
Rendimentos de serviços e comissões	17	-	-
Encargos com serviços e comissões	17	(211.354)	(269.862)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial		-	-
Resultados de alienação de outros activos	18	269.809	(324.550)
Outros resultados de exploração	19	1.648.285	2.886.414
Produto bancário		7.572.946	8.960.876
Custos com o pessoal	20	(507.497)	(778.192)
Gastos gerais administrativos	21	(3.573.255)	(4.155.062)
Amortizações do exercício	6	(268.168)	(206.273)
Provisões líquidas de reposições e anulações	11	1.431.493	1.389.348
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes (líquidas de reposições e anulações)	11	(778.130)	(149.897)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	11	(67.446)	257.010
Resultado antes de impostos		3.809.944	5.317.809
Impostos Correntes	8	(709.651)	(370.854)
Impostos Diferidos	8	(63.996)	(557.588)
Resultado após impostos e rendimento integral do exercício		3.036.296	4.389.368
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		-	-

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

 A Técnica Oficial de Contas
 Nisa Loução



 O Conselho de Administração

Presidente: Patrice Cabrier
 Administradores: Luis Gonçalves
 Maria João Mourão



**DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

	Outras reservas e resultados transitados			Resultado líquido do exercício	Total
	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2011 (Reexpressos)	13.722.500	2.743.388	25.041	8.620.021	11.388.449
Aplicações do lucro de 2011:					
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(831.367)	(831.367)
Transferência para Reserva Legal	-	92.374	-	(92.374)	-
Rendimento integral em 2012	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (Reexpressos)	13.722.500	2.835.762	25.041	7.696.280	10.557.082
Aplicações do lucro de 2012:					
Transferência para resultados transitados	-	-	-	4.389.368	4.389.368
Distribuição de Dividendos e resultados transitados	-	-	-	(10.043.089)	(10.043.089)
Transferência para Reserva Legal	-	381.884	-	(381.884)	-
Rendimento integral em 2013	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro 2013	13.722.500	3.217.646	25.041	1.660.674	4.903.361
				3.036.296	21.662.157

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

A Técnica Oficial de Contas

Nisa Loução

O Conselho de Administração

Presidente: Patrice Cabrier

Administradores: Luis Gonçalves

Maria João Mourão

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	6.889.220	11.852.859
Pagamento de juros e comissões	(6.682.636)	(11.352.110)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(4.080.752)	(4.933.254)
Resultados de alienação de outros activos	269.809	(324.550)
Outros resultados operacionais	1.648.285	2.886.412
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	(1.956.074)	(1.870.644)
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Crédito a clientes	31.064.476	16.177.239
Activos não correntes detidos para venda	(579.817)	689.489
Outros activos	(1.995.135)	3.853.255
	28.489.524	20.719.983
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Outros passivos	1.256.532	(90.368)
	1.256.532	(90.368)
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	27.789.981	18.758.972
Impostos sobre o rendimento	(1.328.832)	262.667
Caixa líquida das actividades operacionais (1)	26.461.149	19.021.639
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Rendimentos de instrumentos de capital	900.901	1.035.251
Aquisições e alienações de imobilizações	9.456.619	10.513.529
Fluxos das actividades de investimento (2)	10.357.520	11.548.780
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(26.743.096)	(29.784.132)
Dividendos	(10.043.089)	(831.367)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(36.786.185)	(30.615.499)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	32.484	(45.080)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	28.890	73.970
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	61.374	28.890

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

A Técnica Oficial de Contas

Nisa Loução



O Conselho de Administração

Presidente: Patrice Cabrier

Administradores: Luis Gonçalves

Maria João Mourão



1. INFORMAÇÃO GERAL

A RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA (RCI IFIC ou Sociedade), iniciou a sua actividade a 01 de Março de 2007 (com efeitos retroactivos a 01 de Janeiro de 2007), em resultado da transformação da sociedade RCI Gest Sociedade de Comércio de Automóveis, SA, com início de actividade a 7 de Maio de 1980, numa Instituição Financeira de Crédito, e passou a estar sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

A sua sede é em Lisboa, na Rua José Espírito Santo, Lote 12-E e tem como objecto social a locação financeira. Conforme indicado na Nota 13, a Sociedade é detida a 100% pela sociedade RCI Banque, SA.

A RCI Gest IFIC, tem como actividade principal o financiamento automóvel, sendo a financeira da marca Renault, Dacia e Nissan e da sua Rede de Concessionários.

Pelo facto de estar presente em toda a Rede de Concessionários Renault e das marcas supracitadas e devido a ser pioneira em Portugal na sua actividade, acumulando uma vasta experiência, assume-se como verdadeira especialista no ramo automóvel. Disponibiliza uma gama completa e personalizada de produtos financeiros e serviços para clientes particulares, profissionais liberais, empresários em nome individual (ENI's) e empresas.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade em 28 de Fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras da RCI IFIC relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da RCI IFIC foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e com base nos livros e registos contabilísticos, de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade:

- i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor;

- ii) Provisãoamento do crédito e contas a receber - são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, com as alterações subsequentes (Nota 2.3.). Este regime abrange ainda as responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;
- iii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 - Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

Os valores encontram-se expressos em Euros, salvo indicação em contrário.

2.2. Comparabilidade da informação e correcções de exercícios anteriores

No exercício de 2013, a Sociedade reflectiu nas suas demonstrações financeiras correcções relativas ao diferimento de exercícios anteriores de despesas com encargos diferidos relacionados com rappel/comissões pagas pela Sociedade no âmbito da contratação de operações. Os comparativos de 2012 foram desta forma reexpressos com os seguintes impactos ao nível do balanço comparativo:

	31-12-2012		
	Balanços estatutários antes de reexpressão	Balanços reexpressos	Ajustamentos decorrentes da reexpressão
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28.890	28.890	-
Crédito a clientes	108.670.791	110.930.212	2.259.421
Activos não correntes detidos para venda	94.405	94.405	-
Activos tangíveis	48.713.964	48.713.964	-
Activos intangíveis	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos	137.543	137.543	-
Activos por impostos correntes	-	-	-
Activos por impostos diferidos	806.605	806.605	-
Outros activos	9.501.541	9.501.541	-
Total de Activo	167.953.739	170.213.160	2.259.421
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	130.370.367	130.370.367	-
Provisões	3.647.221	3.647.221	-
Passivos por impostos correntes	659.672	659.672	-
Passivos por impostos diferidos	-	598.746	598.746
Outros passivos	6.268.205	6.268.205	-
Total de Passivo	140.945.464	141.544.210	598.746
Capital			
Capital	13.722.500	13.722.500	-
Outras reservas e resultados transitados	9.466.936	10.557.082	1.090.146
Resultado do exercício	3.818.840	4.389.368	570.528
Total de Capital	27.008.276	28.668.950	1.660.674
Total de Passivo + Capital	167.953.741	170.213.160	2.259.421

	01-01-2012		
	Balanços estatutários antes de reexpressão	Balanços reexpressos	Ajustamentos decorrentes da reexpressão
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	73.970	73.970	-
Crédito a clientes	124.735.818	124.735.818	-
Activos não correntes detidos para venda	690.351	2.173.543	1.483.192
Activos tangíveis	56.757.443	56.757.443	-
Activos intangíveis	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	137.543	137.543	-
Activos por impostos correntes	95.214	95.214	-
Activos por impostos diferidos	1.166.925	1.166.925	-
Outros activos	13.354.796	13.354.796	-
Total de Activo	197.012.060	198.495.252	1.483.192
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	161.314.200	161.314.200	-
Provisões	5.188.684	5.188.684	-
Passivos por impostos correntes	121.365	121.365	-
Passivos por impostos diferidos	8.433	401.479	393.046
Outros passivos	6.358.575	6.358.575	-
Total de Passivo	172.991.257	173.384.303	393.046
Capital			
Capital	13.722.500	13.722.500	-
Outras reservas e resultados transitados	10.298.303	11.388.449	1.090.146
Resultado do exercício	-	-	-
Total de Capital	24.020.803	25.110.949	1.090.146
Total de Passivo + Capital	197.012.060	198.495.252	1.483.192

Adicionalmente a Demonstração dos resultados e do outro rendimento integral para o exercício de 2012 apresentou as seguintes alterações:

		31-12-2012		
		Saldos estatutários antes de reexpressão	Saldos reexpressos	Ajustamentos decorrentes da reexpressão
Juros e rendimentos similares		23.396.162	23.396.162	-
Juros e encargos similares		(18.538.767)	(17.762.538)	776.229
	Margem Financeira	4.857.395	5.633.624	776.229
Rendimentos de instrumentos de capital		1.035.251	1.035.251	-
Rendimentos de serviços e comissões		-	-	-
Encargos com serviços e comissões		(269.862)	(269.862)	-
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-
Resultados de reavaliação cambial		-	-	-
Resultados de alienação de outros activos		(324.550)	(324.550)	-
Outros resultados de exploração		2.886.414	2.886.414	-
	Produto bancário	8.184.647	8.960.876	776.229
Custos com o pessoal		(778.192)	(778.192)	-
Gastos gerais administrativos		(4.155.062)	(4.155.062)	-
Amortizações do exercício		(206.273)	(206.273)	-
Provisões líquidas de reposições e anulações		1.389.348	1.389.348	-
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes (líquidas de reposições e anulações)		(149.897)	(149.897)	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		257.010	257.010	-
	Resultado antes de impostos	4.541.581	5.317.809	776.229
Impostos Correntes		(370.854)	(370.854)	-
Impostos Diferidos		(351.887)	(557.588)	(205.701)
	Resultado após impostos e do rendimento integral do exercício	3.818.840	4.389.368	570.528

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a gestão tem que efectuar estimativas e assumir previsões que afectam os activos, passivos, créditos e custos, bem como os passivos e activos contingentes divulgados. Para a elaboração destas estimativas a gestão utilizou a informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e julgamentos de valor. Consequentemente, os valores futuros efectivamente verificados podem diferir destas estimativas.

2.4. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras resumem-se como segue:

1) Créditos a clientes

O crédito concedido a clientes através de locações financeiras é reconhecido nos termos do IAS 17 - "Locações", no caso em que as locações efectuadas pela RCI IFIC, transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade dos bens locados para o locatário, a saber:

- A locação transfere a propriedade do activo para o locatário no fim do prazo da locação; ou
- O locatário tem a opção de comprar o activo por um preço mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torna exercível; ou
- O prazo de locação refere-se à maior parte da vida económica do activo mesmo que o título de propriedade não seja transferido; ou

- Os activos locados são de uma tal natureza especializada que apenas o locatário os pode usar sem grandes modificações.

Desta forma, a RCI IFIC, reconhece os activos detidos como uma locação financeira registando-os como uma conta a receber por uma quantia igual ao investimento líquido na locação. Assim, o custo dos bens locados e dos contractos de aluguer de longa duração é registado como crédito concedido.

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira, tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contractos.

O crédito vincendo associado a contractos não rescindidos, mesmo que tenham rendas e outros valores vencidos, mantém-se classificado como crédito em situação normal.

O crédito e juros vencidos correspondem a capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados relativos a contractos ainda em vigor, deduzidos dos juros anulados. Estes valores são distribuídos por classes de risco, as quais são função do período decorrido após o respectivo vencimento.

As locações que não cumprem os requisitos acima referidos são classificadas como locações operacionais e registadas de acordo com a política descrita em 2.3. 5) abaixo.

2) Reconhecimento de custos e proveitos directos associados ao custo amortizado

Nos termos do IAS 39 – “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração”, os proveitos e custos directamente relacionados com a contratação das operações de crédito são incorporados no custo amortizado e reconhecidos com base no método da taxa de juro efectiva, ao longo do período das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

A RCI IFIC tem como custos e proveitos directamente relacionados com as operações de crédito:

- Comissões pagas à força de vendas e a fornecedores (concessionários) pela angariação de operações de crédito;
- Despesas de início de contrato recebidas de clientes aquando da celebração dos contractos de crédito.

3) Provisões para riscos de crédito

Estas provisões são constituídas de acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, levando em consideração as alterações constantes nos Avisos nº 8/2003 e nº 3/2005, de 30 de Janeiro e 21 de Fevereiro, respectivamente e demais instruções e normas aplicáveis, emitidas pelo Banco de Portugal.

Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital, juros e outros valores vencidos e não cobrados. O seu montante é apurado através da aplicação de percentagens mínimas de provisão, segundo a antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e a existência ou não de garantias.

Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a contractos que apresentem prestações em mora numa das seguintes situações:

- i) excederem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;
- ii) estarem em incumprimento há mais de:
 - seis meses nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - doze meses nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a dez anos; e
 - vinte e quatro meses nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

O capital vincendo destes contractos é então provisionado com base nas mesmas percentagens aplicáveis ao crédito vencido.

São ainda considerados créditos de cobrança duvidosa, os créditos vinctos sobre um mesmo cliente, se o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Nestes casos, os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em metade da percentagem aplicável aos créditos vencidos.

Adicionalmente, a legislação acima referida do Banco de Portugal define que o valor do crédito a clientes deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, por forma a que reflectam, a todo o tempo, o seu valor realizável. Esta correcção não poderá ser inferior ao quadro mínimo de provisões acima descritos.

Tendo por base esta determinação a RCI GEST IFIC, SA efectua anualmente uma comparação entre a imparidade de crédito calculada para efeitos de reporte ao Grupo RCI e as provisões mínimas definidas pelo Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 2013 a imparidade calculada considerando aquela metodologia era superior às provisões regulamentares em aproximadamente 440.000 Euros, tendo sido registado este acréscimo na rubrica de "Provisões para créditos de cobrança duvidosa" (Nota 4).

Provisões para riscos gerais de crédito

Trata-se de uma provisão de natureza geral destinada a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido, não identificados especificamente. Esta provisão é calculada por aplicação de uma percentagem de 1,5% ao crédito não vencido concedido a Particulares e de 1% ao crédito não vencido concedido a Empresas.

Anulação de juros

A Sociedade anula os juros incluídos nas rendas em atraso de operações de crédito a clientes com antiguidade superior a 90 dias.

4) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá normalmente verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.

Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Entidade e se houver suficiente prova de que a Entidade continua comprometida com o seu plano de vender o activo.

Nesta rubrica são registados os valores de veículos recuperados pela rescisão de contractos de locação. Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor.

5) Activos Tangíveis

Os activos tangíveis dizem respeito, na sua maioria, a activos em locação operacional e a equipamento diverso, tal como mobiliário e equipamento informático. Os activos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações dos activos em locação operacional são efectuadas de acordo com o critério económico, que consiste numa linearização sobre o activo efectuada em função da duração (em dias) estabelecida no contrato. A base amortizável é constituída pelo valor de aquisição deduzido do seu valor residual. As restantes amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos.

As taxas de amortização utilizadas sobre os activos tangíveis da Sociedade são como segue:

RUBRICAS	Tx. Amortização
Edifícios	2%
Mobiliário diverso	12,5%
Máquinas e ferramentas	20%
Equipamento Informático	25% e 33,33%
Outro equipamento	12,5%
Activos em locação operacional	Em função da duração do contrato
Outros activos tangíveis	25%

Os activos de locação operacional, exceptuando os que dizem respeito a bens temporariamente não locados, não estão disponíveis para venda por estarem associados a contractos activos de locação operacional, celebrados com um locatário que assume direitos e obrigações sobre o bem em questão, constituindo tal uma restrição ao título.

A RCI regista o imobilizado de aluguer operacional de veículos de acordo com o método operativo. Assim, são consideradas como custo na rubrica "Juros e encargos similares" as amortizações do exercício do imobilizado afecto a operações de aluguer (Nota 15), sendo registadas como proveitos na rubrica "Juros e rendimentos similares" as rendas que são facturadas aos clientes durante o exercício (Nota 14).

6) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em Sociedades nas quais a RCI exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, denominadas "filiais". Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados pelo custo de aquisição e os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais.

A Sociedade optou por não preparar demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido usada a isenção de consolidação, dado que as suas contas juntamente com as da sua filial são consolidadas pela RCI Banque, S.A. de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (Nota 23).

7) Provisões e Passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Entidade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

8) Impostos

A RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo a sociedade dominante do grupo que inclui a RCI Gest Seguros – Mediadores de Seguros, Lda..

No âmbito do RETGS, o lucro tributável é calculado pela RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A., enquanto sociedade dominante, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas Declarações Modelo 22 de IRC individuais de cada uma das sociedades pertencentes ao grupo.

A Sociedade encontra-se sujeita a IRC a uma taxa de 25%, acrescida de 1,5% de Derrama calculada sobre o lucro tributável, a que corresponde uma taxa agregada de 26,5%.

Adicionalmente, relativamente ao período de tributação de 2013, sobre a parte que excede o lucro tributável de 1.500.000 Euro é aplicada uma taxa de 3%, a título de Derrama Estadual.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo registados de acordo com a Norma IAS 12 – “Impostos sobre o rendimento” e calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

As autoridades têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos ou pelo prazo de reporte dos prejuízos fiscais existentes, designadamente em sede de IRC e de Imposto sobre o Valor Acrescentado, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2010 a 2013. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

9) Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

10) Caixa e equivalentes de caixa

Na Demonstração de fluxos de caixa os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e seus equivalentes" correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem junto de outras instituições de crédito.

2.4. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido na Nota 2.1, em 2013 a Sociedade utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2013, desde que aprovadas pela União Europeia.

As normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, que foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, incluem as seguintes:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 1 - "Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro" (Empréstimos do governo) (alteração)	01-Jan-13	Esta emenda isenta as entidades que adoptam pela primeira vez as IFRS da aplicação retrospectiva das disposições da IAS 39 e do parágrafo 10A da IAS 20 relativas a empréstimos do governo.
IFRS 7 - "Divulgações de instrumentos financeiros" (Compensação entre activos financeiros e passivos financeiros) (alteração)	01-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível dos instrumentos financeiros, em particular as relacionadas com a compensação entre activos e passivos financeiros.
IAS 1 - "Apresentação de demonstrações financeiras" (Outro rendimento integral) (alteração)	01-Jan-13	Esta emenda consubstancia-se nas seguintes alterações: (i) os itens que compõem o "Outro rendimento integral" e que futuramente serão reconhecidos em resultados do exercício passam a ser apresentados separadamente; e (ii) a Demonstração do Resultado Integral passa também a denominar-se "Demonstração dos Resultados e de Outro Rendimento Integral".
IFRS 13 - "Mensuração ao justo valor"	01-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor. Adicionalmente, de acordo com o previsto naquela norma, no primeiro ano da sua aplicação não é obrigatória a divulgação de informação comparativa.
Melhorias às IFRS (Ciclo 2009-2011)	01-Jan-13	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente a IFRS 1 - "Aplicação repetida da norma", IAS 1 - "Informação comparativa", IAS 16 - "Equipamento de serviço", IAS 32 - "Efeito fiscal da distribuição de instrumentos de capital próprio" e IAS 34 - "Informação de segmentos".

Estas normas não tiveram impacto nas demonstrações financeiras e nas divulgações apresentadas pela Sociedade no Anexo às demonstrações financeiras.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 32 – "Compensação entre activos e passivos financeiros" (alteração) -	01-Jan-14
IAS 36 – "Imparidade" (Divulgações sobre a quantia recuperável de activos não financeiros) (alteração)	01-Jan-14
IAS 39 – "Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração"	01-Jan-14

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. O Conselho de Administração não antecipa que venham a resultar impactos relevantes para a Sociedade em resultado da adopção das referidas normas.

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito" correspondia a Depósitos à Ordem em Instituições de Crédito domiciliadas em Portugal e junto da RCI Banque, S.A. em França, bem como movimentos bancários em curso, no montante de 61.374 Euros e 28.890 Euros, respectivamente.

4. CRÉDITO A CLIENTES

A rubrica de "Crédito a clientes" contém valores relativos a operações de locação financeira mobiliária. No caso do crédito e juros vencidos, são ainda consideradas, além da locação financeira, prestações vencidas de operações de locação operacional e contratos de manutenção e extensão de garantia.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe desta rubrica pode ser apresentado da seguinte forma:

	2013	2012
Leasing		
Particulares	47.806.724	79.349.736
Empresas	28.651.504	35.500.954
Aluguer de Longa Duração (ALD)		
Particulares	104.874	179.239
Empresas	756.682	255.157
Overlease Financeiro	24.010.928	26.460.209
Adiantamentos por contratos em curso	714.954	1.467.823
Depósitos garantia	(22.610.596)	(32.379.534)
Total de crédito vincendo	79.435.070	110.833.584
Crédito e juros vencidos		
Leasing	1.730.405	1.389.929
Aluguer de Longa Duração (ALD)	4.477.724	4.887.489
Overlease Financeiro	1.737.381	1.678.345
Overlease Operacional	1.460.659	1.483.778
Crédito Rede	1.265.351	1.517.381
Outros créditos	440	536
Total de crédito vencido	10.671.960	10.957.458
Juros diferidos	(207.604)	(304.055)
Comissões diferidas		
Despesas com encargo diferido	3.821.074	3.134.256
Receitas com rendimento diferido	(2.077.640)	(3.257.156)
	1.535.830	(426.956)
Total de crédito concedido	91.642.860	121.364.086
Provisões (Nota 11)		
Para crédito e juros vencidos	(9.789.064)	(10.160.405)
Para créditos de cobrança duvidosa	(803.403)	(273.469)
Total de provisões	(10.592.468)	(10.433.874)
	81.050.392	110.930.212

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica "Crédito a clientes" por prazo residual, no caso do crédito vincendo e por prazo de vencimento, no caso do crédito vencido era como segue:

	2013	2012
CRÉDITO VINCENDO		
Até 3 meses	29.713.984	27.946.573
De 3 meses a 1 ano	26.418.657	42.597.858
De 1 ano a 5 anos	23.110.795	40.073.842
Mais de 5 anos	191.634	215.310
	79.435.070	110.833.584
CRÉDITO E JUROS VENCIDOS:		
Até 3 meses	547.238	387.835
De 3 meses a 1 ano	318.291	517.461
De 1 ano a 5 anos	1.466.569	1.764.658
Mais de 5 anos	8.339.862	8.287.504
	10.671.960	10.957.458

Para fazer face aos riscos de realização do crédito concedido, a RCI IFIC tem ainda constituída uma provisão para riscos gerais de crédito (ver Nota 11).

O valor residual dos contractos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, ascendia a 45.709.756 Euros e 64.708.397 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o crédito vencido por prazo de incumprimento detalha-se da seguinte forma:

	2013						
	Aluguer de Longa Duração (ALD)	Overlease Financeiro	Overlease Operacional	Leasing	Crédito Rede	Outros créditos	Total
Classe I - até 3 meses	-	115.111	19.134	412.993	-	-	547.238
Classe II - de 3 até 6 meses	2.010	15.548	2.034	101.006	-	-	120.598
Classes III e IV - de 6 até 12 meses	-	86.522	1.771	109.400	-	-	197.693
Classes V a IX - de 12 até 36 meses	63.595	321.785	8.875	387.420	-	-	781.674
Classes X a XII - mais de 36 meses	4.412.119	1.198.415	1.428.846	719.586	1.265.351	440	9.024.757
	4.477.724	1.737.381	1.460.659	1.730.405	1.265.351	440	10.671.960
	2012						
	Aluguer de Longa Duração (ALD)	Overlease Financeiro	Overlease Operacional	Leasing	Crédito Rede	Outros créditos	Total
Classe I - até 3 meses	13.510	106.252	818	267.254	-	-	387.835
Classe II - de 3 até 6 meses	85.572	52.685	-	119.712	-	-	257.968
Classes III e IV - de 6 até 12 meses	14.628	131.881	1.551	111.433	-	-	259.493
Classes V a IX - de 12 até 36 meses	96.417	27.828	27.366	220.815	-	-	372.426
Classes X a XII - mais de 36 meses	4.677.362	1.359.699	1.454.043	670.715	1.517.381	536	9.679.736
	4.887.489	1.678.345	1.483.778	1.389.929	1.517.381	536	10.957.458

5. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O detalhe da rubrica de "Activos não correntes detidos para venda", em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, era como a seguir se mostra:

	2013	2012
Veículos recuperados – temporariamente não locados	4.435.002	3.855.184
Imparidade sobre veículos recuperados (Nota 11)	(3.828.225)	(3.760.779)
Total	606.777	94.405

6. ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica "Activos tangíveis", bem como a sua evolução pode ser apresentada como se segue:

	2013											
	31-12-2012				Alienagções/Abates				Amortizações do exercício			
	VB	AA	Imparidade	VL	Acquisições	VB	AA		VB	AA	Imparidade	VL
Terrenos e Recursos naturais	90.889	-	-	90.889	-	-	-	-	90.889	-	-	90.889
Edifícios	562.271	385.971	-	176.300	-	-	-	13.088	562.271	385.971	-	163.212
Mobiliário diverso	421.042	340.347	-	80.695	-	-	-	18.015	421.042	340.347	-	62.676
Máquinas e ferramentas	51.529	51.529	-	-	-	-	-	-	51.529	51.529	-	-
Equipamento informático	1.627.309	1.625.047	-	2.262	1.290	3.374	2.056	795	1.625.226	1.623.766	-	1.440
Outro equipamento	22.768	22.457	-	300	-	-	-	100	22.768	22.457	-	200
Activos em locação operacional	57.554.027	10.109.681	146.425	47.297.920	44.494.006	57.950.777	11.411.745	6.707.496	44.087.255	5.405.431	146.425	38.535.359
Outros activos tangíveis	558.707	300.972	-	267.735	414.238	227.653	141.331	188.621	755.282	348.461	-	406.821
Imobilizações em curso	521.815	-	-	521.815	1.578.594	521.815	-	-	1.578.594	-	-	1.578.594
Imobilizações em curso - Baterias	276.047	-	-	276.047	358.205	276.047	-	-	358.205	-	-	358.205
	61.656.404	12.836.015	146.425	48.713.954	46.846.732	58.989.676	11.555.133	6.928.318	49.553.460	8.209.200	146.425	41.197.835

	2012											
	31-12-2011				Alienagções/Abates				Amortizações do exercício			
	VB	AA	Imparidade	VL	Acquisições	VB	AA		VB	AA	Imparidade	VL
Terrenos e Recursos naturais	90.889	-	-	90.889	-	-	-	-	90.889	-	-	90.889
Edifícios	562.271	372.493	-	189.778	-	-	-	13.478	562.271	385.971	-	176.300
Mobiliário diverso	421.042	311.712	-	109.330	-	-	-	26.634	421.042	340.347	-	80.695
Máquinas e ferramentas	51.529	51.529	-	-	-	-	-	-	51.529	51.529	-	-
Equipamento informático	1.633.599	1.627.574	-	6.025	-	6.290	3.884	1.357	1.627.309	1.625.047	-	2.262
Outro equipamento	22.768	22.367	-	401	-	-	-	100	22.768	22.457	-	300
Activos em locação operacional	64.045.797	8.355.945	157.777	55.495.075	32.556.515	39.051.286	8.974.933	10.658.659 (11.352)	57.554.027	10.109.681	146.425	47.297.920
Outros activos tangíveis	879.972	325.878	-	554.094	98.952	410.217	167.082	142.177	568.707	300.972	-	267.735
Imobilizações em curso	167.399	-	-	167.399	521.815	167.399	-	-	521.815	-	-	521.815
Imobilizações em curso - Baterias	144.452	-	-	144.452	276.047	144.452	-	-	276.047	-	-	276.047
	68.022.719	11.107.498	157.777	56.757.443	33.453.329	39.779.643	9.145.839	10.874.416 (11.352)	61.656.404	12.836.015	146.425	48.713.954

As amortizações do exercício relativas aos activos em locação operacional, com excepção dos veículos temporariamente não locados, encontram-se registados na rubrica de Juros e encargos similares, no montante de 6.660.150 Euros e 10.668.143 Euros em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, respectivamente (ver Nota 15).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Sociedade tinha registada imparidade para veículos destinados à locação operacional que se encontravam temporariamente não locados, no montante de 146.425 Euros (Nota 11).

Activos em locação operacional

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos recebimentos mínimos previstos não canceláveis, por prazo residual, sobre contratos de locação operacional, excluindo os contratos de Rent-a-Car, era como segue:

	2013	2012
Até 1 ano	3.116.236	1.496.146
De 1 ano a 5 anos	9.451.470	9.235.961
	<u>12.567.706</u>	<u>10.732.107</u>

As rendas contingentes reconhecidas como proveito nos exercícios de 2013 e 2012 repartem-se da seguinte forma:

	2013	2012
Facturação de prolongamentos	-	21
Penalizações por antecipações contratuais	27.911	65.068
	<u>27.911</u>	<u>65.090</u>

Relativamente às operações de locação operacional, o financiamento de veículos colocados à disposição de sociedades de rent-a-car assume particular importância, as quais não pretendendo adquirir definitivamente os veículos indispensáveis à sua actividade, recorrem, para esse efeito, à celebração de contratos de Aluguer Operacional. Tendo em conta que as sociedades comerciais do grupo, Renault e Nissan, não possuem capacidade jurídica para a celebração daquele tipo de contratos, fazem-no através desta sociedade, assumindo contudo, o risco de retoma desses veículos no final dos mencionados contratos, conforme consta de Protocolos assinados entre as partes.

Fruto de uma estratégia de maior proximidade com os seus construtores, a RCI Gest centrou o seu crescimento em 2013 sobretudo em operações realizadas com sociedades de rent-a-car e grandes contas, de forma a aumentar as vendas a empresas. Este crescimento foi efectuado com recurso a operações OVL no qual os construtores garantem igualmente a retoma dos veículos no final dos contratos.

7. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica "Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos" corresponde à participação da Sociedade na RCI Gest Seguros – Mediadores de Seguros, Lda., entidade com sede em Portugal, correspondente à totalidade do capital social.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras desta empresa podem ser resumidos da seguinte forma:

	2013			2012		
	Activo Líquido	Situação Líquida	Resultado Líquido	Activo Líquido	Situação Líquida	Resultado Líquido
RCI Gest Seguros	1.683.747	1.039.190	979.190	1.752.572	960.901	900.901
	<u>1.683.747</u>	<u>1.039.190</u>	<u>979.190</u>	<u>1.752.572</u>	<u>960.901</u>	<u>900.901</u>

Conforme descrito na Nota 2, as contas individuais da Sociedade são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas. A Sociedade não apresenta contas consolidadas, ao abrigo da excepção permitida pela IAS 27, dado o seu capital ser integralmente detido pela RCI Banque S.A., com sede em França, a qual apresenta contas consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da Sociedade e as da sua filial.

8. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 eram os seguintes:

	2013	2012
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	547.077	567.512
Outros	92.160	92.160
	639.237	659.672
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	742.609	806.605
Passivos por impostos diferidos	-	598.746

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos foi o seguinte:

	2011	Variação por Resultados	2012	Variação por Resultados	Transferência Imposto corrente	2013
Activos por impostos diferidos						
- Por diferenças temporárias						
Provisões para riscos gerais de crédito	603.582	(123.857)	479.726	(146.903)	-	332.821
Provisões para cobrança duvidosa	-	-	-	116.000	-	116.000
Provisões para outros riscos e encargos	309.170	17.671	326.841	(33.092)	-	293.749
- Por prejuízos fiscais reportáveis	254.173	(254.136)	39	-	-	39
	1.166.925	(360.321)	806.605	(63.996)	-	742.609
Passivos por impostos diferidos						
- Por diferenças temporárias						
Comissões pagas associadas a operações de crédito	(401.478)	(197.267)	(598.746)	-	598.746	-

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2013	2012
Impostos correntes		
Imposto do Exercício	(739.093)	(567.512)
Excesso de estimativa de imposto	29.875	196.658
Insuficiência da estimativa de imposto	(433)	-
	(709.651)	(370.854)
Impostos diferidos	(63.996)	(557.588)
Total de impostos reconhecidos em resultados	(773.647)	(928.442)
Resultado antes de impostos	3.809.944	5.317.809
Carga fiscal	20,31%	17,46%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto pode ser demonstrada como segue:

	2013	2012
Resultado antes de impostos	3.809.944	5.317.809
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	1.009.635
Derrama Estadual	1,81%	69.136
		15.324
Insuficiência / (excesso) de estimativa do ano anterior	-0,77%	(29.403)
		57.515
Dividendos pagos pela RCI Gest Seguros	-6,27%	(238.739)
		(274.342)
Mais e Menos valias contabilísticas e fiscais e diferenças entre amortizações fiscais e contabilísticas	1,71%	65.316
		(68.365)
Custos não aceites fiscalmente:		
Provisões e imparidade	-5,22%	(198.750)
		(265.000)
Tributação autónoma	0,56%	21.397
		19.325
Contribuição para o sector bancário	0,49%	18.618
		23.410
Outros	1,48%	56.437
		11.355
	20,31%	773.647
		928.442

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), a uma taxa de 25%, acrescida de 1,5% de Derrama Municipal calculada sobre o lucro tributável, a que corresponde uma taxa agregada de 26,5%.

Adicionalmente, relativamente ao período de tributação de 2013, sobre a parte que excede o lucro tributável de 1.500.000 Euros é aplicada uma taxa de 3%, a título de Derrama Estadual.

Refira-se que o prazo para a Autoridade Tributária e Aduaneira poder efectuar quaisquer correcções fiscais em sede de IRC, IRS, IVA, Imposto do Selo e IMI é, em termos genéricos, de 4 anos (excepto quando tenham sido deduzidos prejuízos fiscais, concedidos benefícios fiscais, estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, estes prazos poderão ser alargados ou suspensos). Deste modo, apenas os exercícios de 2010 e seguintes poderão ser susceptíveis de revisão por parte das referidas autoridades.

Por seu turno, os procedimentos adoptados em sede de contribuições para a Segurança Social estão sujeitos a revisão e correcção por parte das competentes autoridades durante um período de 5 anos, pelo que o exercício de 2009 poderá ser ainda igualmente objecto de revisão.

No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa nas Demonstrações Financeiras.

9. OUTROS ACTIVOS

O desenvolvimento da rubrica "Outros activos" em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

	2013	2012
Outros devedores - Entidades relacionadas		
- Renault Portugal	6.276.758	3.079.236
- Nissan	10.802	1.478
- RCI Banque Sucursal	239.097	176.606
Contratos em curso	315.677	232.996
Débitos de clientes	4.275.044	4.940.018
Rendimentos a receber		
- Facturação Rent-a-Car	378.260	1.045.420
- Outros rendimentos	1.038	25.785
	<u>11.496.676</u>	<u>9.501.541</u>

Relativamente ao saldo de Outros devedores – entidades relacionadas, verificou-se um aumento no que respeita aos valores a receber da Renault Portugal, relativos a valores residuais dos clientes de Rent-a-Car.

O saldo da rubrica Contratos em curso respeita a contratos de clientes em período de reflexão, previsto no Decreto-Lei nº 133/2009 de 2 de Junho, de acordo com o qual os consumidores têm 14 dias consecutivos de período de reflexão para a revogação do contrato de crédito.

O saldo de Débitos de clientes respeita essencialmente aos valores que constam dos ficheiros de débitos directos enviados à cobrança nos últimos três dias úteis do mês, os quais são na sua maioria regularizados nos primeiros dias úteis do mês seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo de Rendimentos a receber – Facturação Rent-a-Car respeita à facturação emitida para os clientes de Rent-a-Car, a qual é emitida e cobrada apenas trimestralmente.

seff
AS.

10. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
RCI Banque, SA	102.284.700	129.027.796
Juros a Pagar	966.646	1.342.571
	<u>103.251.346</u>	<u>130.370.367</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os prazos residuais dos "Recursos de outras instituições de crédito" apresentavam a seguinte estrutura:

	2013	2012
À vista	3.784.700	427.796
Até 3 meses	14.500.000	82.519.174
Mais de 3 meses	84.966.646	47.423.397
	<u>103.251.346</u>	<u>130.370.367</u>

11. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 pode ser evidenciado como segue:

	2013		
	Saldo em 31.12.2012	Dotações líquidas	Utilizações
Provisões para créditos sobre clientes (Nota 4):			
· Crédito vencido	(10.160.405)	(248.195)	619.536
· Crédito cobrança duvidosa	(273.469)	(529.935)	-
	(10.433.874)	(778.130)	619.536
Provisões para riscos gerais de crédito	(1.810.284)	554.352	-
Provisões para contingências fiscais	(1.499.834)	931.845	-
Provisões para outros riscos e encargos	(337.103)	(54.704)	-
	(3.647.221)	1.431.493	-
Imparidade			
· Para imobilizado (Nota 6)	(146.425)	-	-
· Para activos não correntes detidos para venda (Nota 5)	(3.760.779)	(67.446)	-
	(3.907.204)	(67.446)	-
	(17.988.299)	585.917	619.536
			(16.782.845)
	2012		
	Saldo em 31.12.2011	Dotações líquidas	Utilizações
Provisões para créditos sobre clientes (Nota 4):			
· Crédito vencido	(11.650.026)	(111.390)	1.601.011
· Crédito cobrança duvidosa	(234.962)	(38.507)	-
	(11.884.988)	(149.897)	1.601.011
Provisões para riscos gerais de crédito	(2.277.668)	467.384	-
Provisões para contingências fiscais	(2.285.454)	785.620	-
Provisões para outros riscos e encargos	(473.447)	136.344	-
	(5.036.569)	1.389.348	-
Imparidade			
· Para imobilizado (Nota 6)	(157.777)	11.352	-
· Para activos não correntes detidos para venda (Nota 5)	(4.006.437)	245.658	-
	(4.164.214)	257.010	-
	(21.085.771)	1.496.461	1.601.011
			(17.988.299)

12. OUTROS PASSIVOS

O desenvolvimento da rubrica "Outros passivos", em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é como segue:

	2013	2012
<u>Credores e outros recursos</u>		
Fornecedores	(394.506)	(1.050.430)
Sector publico administrativo		
. Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(2.293.463)	(1.678.577)
. Outros	715	263
Outros credores		
<u>Despesas com encargos diferidos</u>		
Rendas	(42.016)	(22.763)
Outras despesas diferidas	22.733	26.596
<u>Devedores e outras aplicações</u>		
Adiantamentos por conta de vendas	(194.159)	(104.914)
Outros devedores	25.501	32.912
<u>Encargos a pagar</u>		
Encargos por gastos com pessoal	(99.436)	(113.654)
Seguros a pagar	(62.055)	(122.732)
Comissões a pagar à rede - Pacto Comercial	(1.178.000)	(648.859)
Outros encargos a pagar	(279.727)	(178.205)
<u>Receitas com rendimento diferido</u>	(731.953)	(920.567)
<u>Outras contas de regularização</u>		
Créditos de clientes a regularizar	(2.219.091)	(1.814.365)
Outros	(79.280)	327.091
	<u>(7.524.737)</u>	<u>(6.268.205)</u>

O saldo da rubrica "Receitas com rendimento diferido" corresponde ao diferimentos dos proveitos com contratos de manutenção.

O saldo da rubrica de créditos de clientes a regularizar inclui montantes recebidos de clientes ainda não afectos às respectivas operações de crédito, nomeadamente pela entrega de cheques a futuro, pagamentos efectuados antes da data de vencimento da prestação e movimentos em análise ainda por afectar.

13. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital subscrito da RCI Gest - Instituição Financeira de Crédito, SA ascende a 13.722.500 Euros e encontra-se integralmente realizado pela RCI Banque, SA, que detinha 100% das acções representativas do capital social da RCI Gest - Instituição Financeira de Crédito, SA.

A RCI Gest - Instituição Financeira de Crédito, SA não detinha em 31 de Dezembro de 2013 quaisquer acções próprias.

Não existem partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis nem títulos ou direitos similares.

Reserva Legal

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva o equivalente a um mínimo de 10% do resultado líquido de cada exercício, até perfazer o referido montante e só poderá ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Outras reservas e resultados transitados" tem a seguinte composição:

	2013	2012
Outras Reservas	25.041	25.041
Reserva Legal	3.217.647	2.835.763
Resultados Transitados	1.660.674	7.696.279
	<u>4.903.361</u>	<u>10.557.082</u>

Em Assembleias Gerais realizadas em 28 de Março de 2013 e 25 de Junho de 2013 a Sociedade decidiu proceder à distribuição de dividendos do exercício de 2013 e de resultados de exercícios anteriores no montante de 3.436.955,90 Euros e de 6.606.132,82 Euros, respectivamente.

14. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica "Juros e rendimentos similares" era como segue:

	2013				2012			
	Particulares	Empresas	Outros	Total	Particulares	Empresas	Outros	Total
Locação financeira	2.670.571	5.001.919	-	7.672.489	3.934.495	6.126.174	-	10.060.669
Locação operacional	-	8.868.808	-	8.868.808	-	13.333.116	-	13.333.116
Depósitos à ordem e juros	-	-	-	-	-	-	2.377	2.377
	<u>2.670.571</u>	<u>13.870.727</u>	<u>-</u>	<u>16.541.297</u>	<u>3.934.495</u>	<u>19.459.290</u>	<u>2.377</u>	<u>23.396.162</u>

15. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica "Juros e encargos similares" era como segue:

	2013	2012
Juros sobre empréstimos bancários	3.196.764	4.664.248
Outros juros	31.888	20.527
Comissões pagas ao custo amortizado	1.687.189	2.409.620
Amortizações do exercício de activos em locação operacional	6.660.150	10.668.143
	<u>11.575.992</u>	<u>17.762.538</u>

16. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo desta rubrica correspondia aos dividendos recebidos da RCI Gest Seguros – Mediadores de Seguros, Lda. no montante de 900.901 Euros e 1.035.251 Euros, respectivamente.

17. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Encargos com serviços e comissões" detalha-se da seguinte forma:

	2013	2012
Comissões de Contratos Sigma - Particulares	107.170	176.845
Comissões de cobrança de recibos	72.243	72.328
Comissões Rede	49	-
Comissões por serviços bancários	12.464	1.731
Outras Comissões	19.428	18.958
	<u>211.354</u>	<u>269.862</u>

18. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Resultados de alienação de outros activos" detalha-se da seguinte forma:

	2013			2012		
	Perdas	Ganhos	+/- valia	Perdas	Ganhos	+/- valia
Activos em locação financeira	291.256	557.882	266.626	687.289	440.302	(246.987)
Activos em locação operacional	2.465	954	(1.511)	38.811	1.193	(37.618)
Outros activos tangíveis	13.010	17.704	4.694	72.102	32.156	(39.945)
	<u>306.731</u>	<u>576.540</u>	<u>269.809</u>	<u>798.202</u>	<u>473.651</u>	<u>(324.550)</u>

19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica "Outros resultados de exploração" é como segue:

	2013	2012
Reembolso de despesas	520.219	690.243
Rendimentos de contratos de manutenção	681.091	998.326
Indemnizações	19.731	93.284
Penalizações por antecipação de contratos	29.861	65.830
Redébitos de pessoal	1.974	12.541
Facturação de prolongamentos	94.247	38.590
Rendimentos da prestação de serviços diversos	571.769	500.308
Recuperação de juros e despesas	187.828	481.583
Compensações contratuais	(273.250)	39.697
Dívidas incobráveis	16.995	(23.284)
Reembolso de km's	-	(3.925)
Impostos	(276.271)	(144.049)
Outros	74.092	137.270
	<u>1.648.285</u>	<u>2.886.414</u>

20. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Custos com o pessoal" detalha-se da seguinte forma:

	2013	2012
Remunerações	300.042	420.457
Encargos Sociais	90.004	89.119
Outros custos com o pessoal	117.451	268.616
	<u>507.497</u>	<u>778.192</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o número de efectivos da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA era de 8 e 10 funcionários respectivamente.

21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Gastos gerais administrativos" detalha-se da seguinte forma:

	2013	2012
Gastos com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	48.398	67.532
Material de consumo corrente	22.715	12.056
Limpeza, higiene e conforto	8.793	5.099
Outros	714	122
	<u>80.620</u>	<u>84.809</u>

Gastos com serviços prestados a clientes

Seguros	657.245	777.616
Conservação e reparação	140.554	218.350
Reparações	20.155	93.284
Contratos de manutenção	572.871	776.447
Contratos de Baterias	3.694	2.245
	<u>1.394.519</u>	<u>1.867.943</u>

Gastos com outros serviços

Rendas e alugueres	220.731	296.426
Comunicações	46.867	47.611
Deslocações, estadas e representação	53.039	37.627
Publicidade	104.236	81.880
Avenças e honorários	57.932	105.258
Judiciais contencioso e notariado	300.896	253.095
Informática	576.932	638.149
Prestações de serviços - recup. Crédito	164.717	126.308
Leiloeiras	2.944	11.579
Outros gastos gerais administrativos	569.820	604.377
	<u>2.098.114</u>	<u>2.202.310</u>
	<u>3.573.255</u>	<u>4.155.062</u>

A rubrica "Outros gastos gerais administrativos" inclui o montante de 58.425 Euros relativos aos honorários totais facturados pelo Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2013, respeitantes à revisão legal das contas e a outros serviços de garantia de fiabilidade, nos montantes de 44.526 Euros e 13.899 Euros, respectivamente, divulgados para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

22. RELATO POR SEGMENTOS

Todos os proveitos gerados pela actividade da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. nos exercícios de 2013 e 2012 resultaram essencialmente de operações realizadas em Portugal. Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à instrução nº 11/2003, do Banco de Portugal, a actividade da RCI enquadra-se integralmente no âmbito da categoria denominada de "Banca Comercial".

23. CONSOLIDAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL

As contas da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. são consolidadas ao nível das demonstrações financeiras da RCI Banque, S.A., as quais podem ser obtidas na sua sede na 14, avenue du Pavé Neuf, em Noisy-Le-Grand, ou após as publicações obrigatórias, no sítio da Internet da própria RCI Banque, S.A. (<http://www.rcibanque.com>, em "Finance", "Activités et Résultats").

24. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DA NORMA IFRS 7

JUSTO VALOR

No que diz respeito ao "Crédito a clientes" não existe actualmente um mercado activo em Portugal com transacções entre contrapartes igualmente conhecedoras e interessadas em efectuar essas transacções. Contudo, a Sociedade dispõe de um modelo de valorização interna para estimar o respectivo justo valor do "Crédito a clientes", em particular, do Leasing, ALD e Overlease Financeiro.

No apuramento do justo valor destas operações de crédito foram utilizadas as taxas de juro médias das operações contratadas durante o mês de Dezembro de 2013 em cada um dos produtos, ponderadas pelo volume de operações desse mês.

Com base nestes pressupostos, em 31 de Dezembro de 2013, o justo valor destas operações de crédito é aproximado do valor nominal e em 31 de Dezembro de 2012 era superior ao respectivo valor de balanço em cerca de 1.692.000 Euros.

GESTÃO DE RISCOS

O conhecimento em profundidade dos níveis de exposição e a gestão integrada dos riscos assumidos, tornam-se fundamentais para a prossecução dos objectivos estabelecidos, contribuindo para a criação de valor para os Accionistas.

O modelo de gestão implementado baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos.

As categorias de risco consideradas são as seguintes: risco de crédito, de taxa de juro e de liquidez.

Risco de Crédito

O risco de crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial e pontualmente, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos empréstimos efectuados. Representa a componente de risco com maior relevo na actividade do nosso Grupo.

A fim de controlar o risco de crédito cliente e rede, a Sociedade tem estabelecidas normas internas e procedimentos no que respeita à aceitação e acompanhamento dos seus clientes, de acordo com as preconizadas pelo Grupo RCI BANQUE para as suas filiais.

Privilegia-se não só a profissionalização da aceitação como também as acções de prevenção e a segregação de funções.

As Regras de Aceitação do Financiamento Cliente são definidas pela Direcção de Serviços a Clientes, pela Direcção Administrativa e Financeira e pela RCI BANQUE - Direcção de Risco.

Existe uma grelha de score, definida de acordo com os princípios do Grupo, cabendo a Manutenção do Sistema de Score a técnicos especialistas da RCI BANQUE, que assumem essa função em todas as filiais do Grupo. Estes dois factores conjugados permitem assegurar a segregação de funções relativamente à Direcção que obtém os contractos, visto que a Aceitação se integra na Direcção de Serviços a Clientes.

As Regras de Aceitação do Financiamento Rede, e de renovação dos limites das linhas já aceites, são definidas pela Direcção de Crédito Rede respeitando os critérios definidos pelo Grupo RCI BANQUE.

Existe uma grelha de cotação a que está associada não só o tipo de financiamento a que o cliente rede poderá ter acesso, mas também, o limite de financiamento a conceder, privilegiando-se os critérios objectivos a par da análise pelo analista financeiro.

Ao controlo do risco de crédito Rede está subjacente a evolução de indicadores de médio e curto prazo, sendo que as obrigações de informação à RCI Banque Portugal constituem uma obrigação contratual :

- Indicadores de médio prazo: evolução da estrutura financeira dos concessionários, e dos grupos a que eventualmente pertençam, avaliada com base num dossier recebido anualmente,
- Indicadores de curto prazo, nomeadamente: a evolução da rentabilidade de exploração, avaliada com base no seguimento trimestral das contas de exploração dos mesmos, a evolução do comportamento de pagamento, avaliada com base no seguimento diário, os resultados das auditorias regulares de stocks subjacentes às linhas financiadas pela RCI Banque.

Em caso de não respeito das regras mínimas de aceitação de risco pela RCI Banque ou de degradação financeira são tomadas medidas preventivas ou correctivas definidas em procedimento em função do grau de gravidade da situação (desde a redução de limites, exigência de garantias e planos de acção, até à própria suspensão do financiamento do concessionário por parte da RCI Banque). Estão também previstas análises às demonstrações financeiras da Rede, em caso de cotação fraca ou de degradação financeira grave, realizadas por auditor independente.

A avaliação da qualidade do risco de crédito à Rede, efectuada mensalmente, traduz-se no cálculo mensal das provisões.

Este cálculo, tem por base um procedimento comum a todo o grupo RCI BANQUE, em que se classifica o Capital Financiado consoante a classe de risco de crédito: "são", "com incidentes" e "em risco de incumprimento". O cálculo das provisões é tanto mais apurado quanto mais elevada for a probabilidade de risco de incumprimento. A categoria "em risco de incumprimento" corresponde à integração do cliente num estatuto especial de pré-alerta e alerta que, desencadeia, para além do provisionamento mais elevado, um conjunto de medidas cautelares de acção imediata.

Os Comitês especializados de seguimento que contribuem para o controlo do risco, têm como principais funções, detectar as tendências de evolução do crédito malparado e desencadear as acções preventivas ou correctivas necessárias, decorrentes da evolução constatada e previsível do mercado ou de um perfil de cliente em particular.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a qualidade da carteira de crédito pode ser apresentada como se segue:

	2013				2012			
	Crédito vivo	Crédito vencido	Depósitos garantia	Exposição Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Depósitos garantia	Exposição Total
Contratos de locação financeira								
"São"	73.907.449	-	21.344.755	52.562.695	110.367.901	-	30.263.294	80.104.608
"Com incidentes" <90 dias	2.128.260	412.993	533.370	2.007.883	3.704.263	267.254	959.166	3.012.351
"Em risco de incumprimento" >90 < 48	420.137	673.166	103.359	989.943	778.525	523.386	170.098	1.131.813
Em contencioso > 48	-	644.246	-	644.246	-	599.289	-	599.289
Aluguer de longa duração								
"São"	853.812	-	187.251	666.561	398.510	-	254.814	143.696
"Com incidentes" <90 dias	-	-	-	-	24.289	13.510	18.213	19.586
"Em risco de incumprimento" >90 < 48	7.744	123.304	-	131.047	11.598	530.376	-	541.975
Em contencioso > 48	-	4.354.420	-	4.354.420	-	4.343.602	-	4.343.602
Overleasing Financeiro	24.010.928	1.737.381	441.861	25.306.448	26.460.209	1.678.345	713.949	27.424.605
Overleasing Operacional (Rendas vencidas)	-	1.460.659	-	1.460.659	-	1.483.778	-	1,483.778
Crédito Rede	-	1.265.351	-	1,265.351	-	1,517.381	-	1,517.381
Outros créditos	714.954	440	-	715.394	1.467.823	536	-	1,468.360
	<u>102.043.284</u>	<u>10.671.960</u>	<u>22.610.596</u>	<u>90.104.648</u>	<u>143.213.118</u>	<u>10.957.458</u>	<u>32.379.534</u>	<u>121.791.042</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição máxima da Sociedade ao risco de crédito líquido de provisões atinge os 79.514.562 Euros e 111.357.168 Euros, respectivamente, no caso de contratos de locação financeira, e 38.535.399 Euros e 47.297.920 Euros, respectivamente, sobre os contratos de locação operacional.

A antiguidade de crédito em mora antes de imparidade encontra-se descrita na nota 4 do corrente Anexo. Relativamente ao cálculo da imparidade, a RCI regista provisões para crédito de acordo com o estabelecido no Aviso 3/95 do Banco de Portugal.

Risco de Taxa de juro

O risco de taxa de juro consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais em função de movimentos adversos nas taxas de juro.

Encontra-se definida e centralizada na RCI BANQUE a política de refinanciamento e seguimento do risco de taxa de juro. Desta forma a sociedade tendo em conta os procedimentos definidos e por forma a minimizar o risco de transformação de taxa de juro, garante a cobertura dos seus activos mediante o recurso a operações adequadas de cobertura, celebrados com a RCI BANQUE - entidade não residente.

Dado que as operações de crédito são a taxa fixa e atendendo à estratégia de cobertura acima descrita, a sensibilidade dos resultados futuros a variações de taxa de juro, relativamente a operações já contratadas até 31 de Dezembro de 2013, é relativamente reduzida.

O seguimento da exposição ao risco de taxa de juro, é efectuado através de um sistema de informação, intitulado "Cristal", que tem como referência a "Charte Cristal".

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado, nos mercados monetários.

O acompanhamento do risco de liquidez em Portugal está integrado no acompanhamento do risco do Grupo RCI BANQUE. A situação de liquidez do Grupo RCI BANQUE é objecto duma vigilância permanente e de um "Spotting" mensal apresentado ao Comité Financeiro do Grupo.

A análise dos passivos por maturidade contratual encontra-se descrita na nota 10 do Anexo.

Risco de Mercado

A política de refinanciamento da Sociedade encontra-se definida e centralizada na casa-mãe – RCI Banque. O seguimento do risco de taxa de juro é realizado numa base consolidada abrangendo as entidades RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e RCI Gest Seguros – Mediadores de Seguros, Lda. Desta forma, a sociedade, tendo em conta os procedimentos definidos e de forma a minimizar o risco de transformação de taxa de juro, garante a cobertura dos seus activos mediante o recurso a operações adequadas de cobertura, celebradas com a RCI Banque – entidade não residente e domiciliada em França.

O seguimento da exposição ao risco de taxa de juro é efectuado diariamente, através de um sistema de informação intitulado "Cristal" que é propriedade do grupo. A alimentação deste sistema é feita tanto localmente pelas filiais como centralmente pela casa-mãe.

Risco Operacional

O Risco Operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, dos procedimentos ou provocadas pelos recursos humanos ou por acontecimentos externos.

Em matéria de riscos operacionais a gestão e o seguimento, assenta na política definida pelo Grupo RCI BANQUE

- Implementação de um dispositivo de gestão do risco operacional, como resposta aos princípios de Basileia II, tendo como documento de referência a "Carta de Gestão e Seguimento dos Riscos Operacionais" e a Cartografia de Processos, que definem os principais processos e níveis de responsabilidade.

Anualmente, os riscos associados aos processos e os controlos são avaliados de acordo com a importância (grau de risco) e respeito das regras do grupo. Esta avaliação é realizada pelos gestores dos diversos processos, sendo o resultado bem como os planos de acções resultantes para colmatar as deficiências encontradas, validado em Comité de Riscos Operacionais, constituído pelos membros do Comité de Direcção e dado conhecimento à RCI Banque.

Outros instrumentos de seguimento de riscos operacionais disponíveis: colecta de incidentes e indicadores de risco operacional (KRI's).

O Controlo Interno da filial procede ao seguimento do controlo dos riscos operacionais e reporta à RCI BANQUE os resultados.

Cálculo do rácio de solvabilidade

O rácio de solvabilidade foi determinado de acordo com o estabelecido na Instrução 23/2007 do Banco de Portugal e, a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, detalha-se da seguinte forma:

	2013	2012
Capital	13.722.500	13.722.500
Outras reservas e Resultados transitados	4.903.361	9.466.936
Resultado líquido do exercício	-	4.389.368
Fundos próprios de base (a)	18.625.861	27.578.804
Provisões para riscos gerais de crédito	-	-
Fundos próprios complementares (b)	-	-
Fundos próprios de referência (a) + (b)	18.625.861	27.578.804
Risco de crédito	9.163.482	11.097.979
Risco de mercado	-	-
Risco Operacional	1.221.729	1.333.525
Total	10.385.211	12.431.503
Rácio de solvabilidade	14,35%	17,75%

Mensalmente a Administração e Direcção Financeira da RCI Gest IFIC, SA efectua uma análise dos resultados e actividade da Sociedade, da mesma forma que é feita a validação do cumprimento do rácio de solvabilidade mínimo exigido pela Instrução 23/2007 do Banco de Portugal.

25. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o montante global dos activos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas de acordo com a IAS 24 tem a seguinte composição:

SALDOS COM EMPRESAS PARTICIPADAS	2013	2012
<u>RCI Gest Seguros- Mediadores de Seguros, Lda.</u>		
Activos	88.570	106.507
Proveitos	900.901	1.035.251
<u>SALDOS COM DETENTORES DE PARTICIPAÇÕES NA EMPRESA</u>		
<u>RCI Banque, SA</u>		
Passivos	103.239.028	130.329.410
Custos	3.279.396	4.703.290
<u>SALDOS COM OUTRAS EMPRESAS RELACIONADAS</u>		
<u>Renault SA – Sigma Services</u>		
Passivos	31.968	64.713
Custos	572.871	776.486
Proveitos	681.091	998.326
<u>Soquesma SARL</u>		
Passivos	49.455	15.890
Custos	94.485	81.506
<u>RCI Banque Sucursal Portugal</u>		
Activos	301.745	523.201
Passivos	-	-
Custos	-	-
<u>Renault Portugal, SA</u>		
Activos	6.276.758	3.079.236
Proveitos	1.099.760	1.555.284

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na "IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço" implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

A Técnica Oficial de Contas



O Conselho de Administração



Maria João Romão

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (“Sociedade”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 que evidencia um total de 135.293.205 Euros e capitais próprios de 21.662.157 Euros, incluindo um resultado líquido de 3.036.296 Euros, as Demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Ênfase

5. As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2012 são apresentadas pela Sociedade de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas, e a nossa Certificação Legal das Contas, emitida com data de 15 de Março de 2013, continha uma reserva não aplicável às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013. Conforme referido na Nota 2.2. do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Sociedade procedeu em 2013 à reexpressão dos saldos comparativos.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício de 2013.

Lisboa, 21 de Março de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista da
RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Sociedade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, as Demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão do exercício de 2013, preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual contém uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerar o assunto descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 21 de Março de 2014



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira